



Pobreza extrema aumenta no Estado

WENDE EVANGELHO*
ESTAGIÁRIO

Quase 800 mil alagoanos viviam na extrema pobreza em 2015, com renda de até ¼ de salário mínimo, que correspondia no período da pesquisa a R\$ 197. O percentual de pessoas vivendo nessas condições no Estado cresceu de 21,5%, em 2014, para 22,3%, em 2015. Alagoas aparece na segunda pior colocação do País, atrás apenas do Maranhão, com 26,9%. A média nacional é de 9,2%.

A pesquisa mostrou que quase 1 milhão de alagoanos, 29,2%, recebem até ½ salário mínimo. Dentro dos alagoanos que recebem até 1 salário mínimo, ainda estão outros 29,8%, ou seja mais 1 milhão de pessoas. De acordo com o economista e professor da Universidade

Federal de Alagoas (Ufal), Cícero Péricles, 80% da população do Estado tem como renda o valor máximo de 1 salário mínimo. “São pessoas que tiveram a renda diminuída no ano passado e ficaram mais pobres”, afirma

Os dados mostram uma quebra nas desigualdades sociais no País e principalmente no Estado. Segundo Péricles, as pesquisas apresentavam uma diminuição da pobreza desde de 2004 até 2014, e em Alagoas a renda média caiu durante o período. “Esse é um quadro doloroso porque duas coisas vinham acontecendo até 2014, a pobreza caindo e a renda aumentando, então a renda média do alagoano em 2014 era de R\$ 725 e caiu para R\$ 690 em 2015”, cometa.

De acordo com o economista, a combinação entre crise econômica, de-

semprego, inflação e diminuição de renda pode explicar os motivos para o aumento de pessoas na extrema pobreza no Estado. Segundo Péricles, esses motivos são mais sentidos entre as pessoas com maior neurolabilidade socioeconômica. “Na minha opinião, é que foi o ano de crise, que se configurou em uma combinação cruel, desemprego, inflação e queda de renda. Como a economia está menos dinâmica, ela gera menos empregos, gera mais inflação, na taxa de 10%”, analisa.

O economista chama a atenção para a inflação dos alimentos, que foi superior à inflação geral durante o período da pesquisa. Segundo Péricles, o custo dos alimentos pesa principalmente nas famílias que têm renda menor. “Você tem a inflação de ali-

mentos de 14%, que retira o poder de compra das pessoas mais pobres porque são elas que gastam proporcionalmente o que ganham com alimentos. A crise econômica, pelo desemprego, inflação e queda de renda penalizam brutalmente os mais pobres”, enfatiza.

Ainda segundo Péricles, para que o Estado reverta essa situação social, é preciso que existam investimentos públicos e privados que sejam capazes de reaquecer a economia local. “Só quem pode colocar essa família em um patamar mais elevado é a renda real no processo produtivo. Então é preciso haver investimento público em infraestrutura, educação e investimentos privados para a geração de novos empregos”, completa. ☺

* Sob supervisão da editoria de Cidades